AL5 S.A Sociedade Crédito, Financiamento e Investimento

Cuiabá - MT

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de junho de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração **3**

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras **5**

Balanço Patrimonial **8**

Demonstração dos Resultados **9**

Demonstração do Resultado Abrangente **10**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido **11**

Demonstração dos Fluxos de Caixa **12**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras **13**

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da AL5 S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento apresenta as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, Muller & Prei Auditores Independentes, relativos ao semestre encerrado em 30 de junho de 2025. Permanecemos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais.

Fatos Novos Relevantes

O primeiro semestre de 2025 foi marcado por um ambiente macroeconômico ainda desafiador, caracterizado por condições financeiras restritivas, taxa básica de juros elevada e desaceleração gradual da atividade econômica. Apesar desse cenário, o mercado de trabalho permaneceu resiliente, com níveis historicamente baixos de desemprego e crescimento real da renda.

De acordo com o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central do Brasil, no mercado de crédito, observou-se desaceleração do crescimento das carteiras e maior seletividade na concessão, refletindo a redução do apetite ao risco pelas instituições financeiras. Ainda assim, houve elevação dos indicadores de inadimplência e de materialização de risco em diversas modalidades, com destaque para o crédito rural e para micro, pequenas e médias empresas.

Parte relevante desse movimento decorre da entrada em vigor, em janeiro de 2025, da Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterou os critérios de reconhecimento, provisão e baixa de operações problemáticas, impactando a mensuração estatística da inadimplência. Mesmo diante desse cenário, o Banco Central avaliou que as provisões constituídas pelas instituições permanecem compatíveis com as perdas esperadas.

Aspectos Operacionais e Desempenho Econômico-Financeiro

Dando continuidade aos avanços consolidados em 2024, a AL5 S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento manteve no primeiro semestre de 2025 o foco no aprimoramento da sua eficiência operacional, no reforço rigoroso da gestão de riscos e na captura de sinergias dentro do ecossistema do Grupo AMAGGI. Essas diretrizes, alinhadas à revisão do planejamento estratégico e ao Plano de Crescimento da instituição, aprovado pelo Conselho de Administração, foram fundamentais para guiar a instituição em um ambiente macroeconômico restritivo e de alta seletividade na concessão de crédito.

Na captação, a instituição otimizou a sua estrutura de custos. Após encerrar 2024 com um custo médio de captação de 102% do CDI, a AL5 S.A. diversificou e aprimorou suas estratégias e fontes no 1S2025. Destaca-se a relevância das Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), que alcançaram o saldo de R$ 180,7 milhões ao fim do semestre, captadas a uma taxa média eficiente de 95,4% do CDI no período. Esse desempenho reflete a confiança do mercado na expertise e solidez da instituição e do Grupo AMAGGI e foi fundamental para a melhora da competitividade da instituição.

Em termos operacionais, a carteira de crédito ativa expandiu seu perfil de diversificação, totalizando 7.100 operações e no segmento do agronegócio, a AL5 S.A. CFI consolidou sua trajetória de expansão ao atingir, no encerramento do primeiro semestre de 2025, o marco histórico acumulado de R$ 1,558 bilhão em recursos desembolsados desde o início de sua atuação estruturada no setor, na safra 2021/2022. Esse volume reflete a consistência do nosso

modelo de negócios e o papel estratégico da instituição no fomento à cadeia produtiva do campo. Do total da carteira de crédito, o produto Cédula de Produto Rural (CPR) reafirmou o protagonismo da instituição no ecossistema do Agro, respondendo por 60% do saldo nominal da carteira, impulsionado pelo amadurecimento de soluções inovadoras como a CPR Teto e pela originação de operações de MCR. As soluções voltadas ao varejo de pessoas físicas e jurídicas mantiveram-se consistentes, com destaque para a carteira de crédito consignado (R$ 42,7 milhões) e de capital de giro (R$ 90,3 milhões), suportadas pela jornada digital da conta de pagamentos AL5 e pela melhora da eficiência no aproveitamento das oportunidades e sinergias no ecossistema Amaggi.

Gestão de Risco, Inadimplência e Adequação Regulatória (IFRS 9 / Res. CMN 4.966)

O período foi marcado por um importante marco regulatório: a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966/2021. A AL5 Amaggi implementou com sucesso a nova metodologia simplificada para a mensuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito. A postura prudente da administração no monitoramento e na condução das operações estruturadas permitiu manter o controle efetivo da inadimplência, mesmo diante das condições adversas enfrentadas pelo agronegócio brasileiro, finalizando o 1S2025 com INAD 90 em 4,3%, ante o índice de 5,5% em 31/12/2024, redução de 21,82% em relação ao semestre anterior.

A provisão para perdas esperadas encerrou o semestre em R$ 15,3 milhões, patamar considerado plenamente compatível com os riscos assumidos. Essa gestão prospectiva e o rigoroso controle dos Ativos Ponderados por Risco (RWA) resultaram em um Índice de Basileia robusto de 17,52%, expandindo significativamente a solidez e a folga de capital frente aos 14,48% registrados no encerramento de 2024. Com a reversão dos fatores que pressionaram a rentabilidade no ano anterior, a instituição reverteu o prejuízo histórico e registrou um Lucro Líquido de R$ 973 mil no semestre, consolidando uma base sólida para o crescimento sustentável contínuo.

Considerações Finais

A Administração mantém o compromisso com disciplina, prudência e crescimento sustentável, acompanhando atentamente a evolução do cenário econômico e de crédito, e fortalecendo continuamente seus processos de gestão de risco e capital.

MÜLLER&PREI

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
AL5 S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
Cuiabá - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da AL5 S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do mencionado no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AL5 S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para Opinião com Ressalva.

Impactos da Adoção da adoção da Resolução CMN 4.966/2021 e posteriores alterações

Conforme mencionado nas notas explicativas "4", "7.3i" e "25" a Instituição Financeira realizou a adoção inicial da Resolução CMN n° 4.966/2021, utilizando os critérios para mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, adotando os pisos mínimos definidos através da Resolução BCB n° 352/23, entendendo que não há clientes ou operações classificados como ativos problemáticos não inadimplidos, resultando em um estorno da provisão anteriormente constituída através dos critérios estabelecidos na Resolução CMN n° 2.682/99, no montante de R$ 6.884mil, e aumento do provisionamento em R$ 3.628mil, sendo que o efeito líquido desses valores, representando R$ 3.256mil, foi reconhecido diretamente nas contas de resultado do semestre sem observar o critério estabelecido no artigo 70 da Resolução CMN n° 4.966/2021, o qual estabelece reconhecimento da adoção inicial em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo líquido dos efeitos tributários.

Créditos de PIS e COFINS sobre Provisão (PCLD)

A Instituição Financeira tomou créditos de PIS e COFINS sobre a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD em anos anteriores, sendo que no ano de 2024, foi considerado que os valores de dedutibilidade na provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na base de cálculo do PIS e COFINS não é devida, sendo que os efeitos desses créditos representam uma contingência original de R$ 2.353mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

MÜLLER&PREI

Ênfases

Resolução CMN nº 4.966/2021 - Informações Comparativas
Chamamos a atenção para as notas explicativas "2", "4" e "25" às demonstrações financeiras, a qual descreve que a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN n° 4.966/21, a Resolução BCB n° 352/23 e normas complementares, estabelecem novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, ativos e passivos, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), as quais foram adotadas pela Instituição. Conforme previsto no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, as demonstrações deste semestre foram elaboradas considerando a dispensa da apresentação dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos Tributários
Chamamos a atenção para o fato de a Instituição Financeira possuir contabilizado em 30 de junho de 2025, créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R$ 4.961 mil, conforme divulgado na nota explicativa "14.b" às demonstrações financeiras. A realização desses créditos depende da geração de lucros tributários futuros, conforme projeção de resultados preparado e aprovado pela administração.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cuiabá, 25 de maio de 2026.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 006.472/O-1-S/MT
ELIANE SCOTO DE FREITAS
Contadora CRC-PR Nº 038.367/O-9-S/MT

Identificador Interno
id_8eQjIX

AL5 S.A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Balanço Patrimonial
Em 30 de Junho de 2025
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	**30/06/2025**
Circulante e realizável de longo prazo		**456.160**
Disponibilidades	5	**3.045**
Ativos financeiros a custo amortizado		**430.261**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	**77.213**
Aplicações em Operações Compromissadas		66.533
Títulos Públicos Federais No País		44.999
Títulos Vinculados a Saldos em Conta Pré		21.534
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		10.680
Operações de Crédito e Direitos Creditórios	7	**353.047**
Operações de crédito		140.445
Operações de crédito		147.286
(-)Provisões p/ perdas de risco de crédito		(6.841)
Títulos com Característica Concessão Crédito		212.602
CPR - Cédula Produtor Rural		221.110
(-)Provisões p/ perdas de risco de crédito		(8.508)
Outros créditos		**22.854**
Diversos	8	12.210
Outros Valores e Bens	9	10.644
Permanente	10	**6.717**
Imobilizado de Uso		671
Outras Imobilizações de Uso		1.382
(-) Depreciações Acumuladas		(711)
Intangível		6.046
Outras Ativos Intangíveis		10.557
(-) AmortizaçõesAcumuladas		(4.511)
Total do Ativo		**462.876**

Passivo Circulante	Notas	**30/06/2025**
Circulante e realizável de longo prazo		**383.451**
Passivos financeiros ao custo amortizado	11	**383.451**
Depósitos		95.121
Outros Depósitos - Conta Pré Paga		16.011
Outros Instrumentos de Dívida Ativa		271.252
Títulos de Dívida Elegíveis a Capital		1.067
Passivos fiscais		**4.068**
Fiscais e previdenciárias	12	2.272
Despesas Pessoal	12	1.021
Diversas	12	775
Outros passivos		**201**
Patrimônio Líquido	13	**75.156**
Capital Social		107.000
Capital - Domiciliados no País		107.000
Reservas Lucros		66
Prejuízos Acumulados		(31.910)
Total do Passivo e Patrim. Líquido		**462.876**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AL5 S.A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do Resultado

(Em milhares de Reais)

	Notas	30/06/2025
Receitas da Intermediação Financeira		**42.969**
Operações de crédito	15	37.560
Resultado com operações títulos e valores mobiliários	15	5.409
Despesas da Intermediação Financeira		**(25.544)**
Operações de captação no mercado	16	(24.572)
Provisão para perdas esperadas Risco Crédito	7.4	(972)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**17.425**
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		**(16.657)**
Receitas de prestação de serviços	17	1.554
Despesas de pessoal	18	(7.223)
Outras despesas administrativas	19	(9.060)
Despesas tributárias	20	(1.028)
Outras receitas operacionais	21	502
Outras despesas operacionais	21	(1.402)
Resultado Operacional		**768**
Resultado não Operacional	21	**205**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		**973**
Imposto de Renda e Contribuição Social	13	-
Provisão para imposto de renda		-
Provisão para contribuição social		-
Lucros Líquido do Semestre		**973**
Quantidade de ações		107.000
Lucro por ação do Semestre		**0,013**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AL5 S.A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de Reais)

	30/06/2025
Lucro (Prejuízo) Líquido do Semestre	**973**
Outros Resultados Abrangentes	-
Resultado Abrangente do Semestre	973

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AL5 S.A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
do Semestre Findo em 30 de Junho de 2025
(Em milhares de Reais)

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros ou Prezuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais		
Saldos em 01 Janeiro de 2025	**107.000**	**66**	**-**	**(32.882)**	**74.184**
Lucro do Semestre				973	973
Juros sobre o Capital Próprio					-
Saldos em 30 de Junho de 2025	**107.000**	**66**	**-**	**(31.909)**	**75.157**
Mutações do Semestre	**-**	**-**	**-**	**973**	**973**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AL5 S.A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto

(Em milhares de Reais)

	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucros Líquido do Semestre	**973**
Ajustes por Depreciação	1.086
Ajustes por Provisão Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	5.096
Ajustes Realizados em Operações de Crédito	
Variação de Ativos e Obrigações	**(17.279)**
(Aumento) / Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	206.744
(Aumento) / Redução dos Ativos: Operações de crédito	(218.367)
(Aumento) / Redução dos Ativos: Outros créditos	(5.261)
(Aumento) / Redução dos Ativos: Outros valores e Bens	212
Aumento / (Redução) nos Passívos Outras obrigações	(405)
Aumento (Redução) nos Passívos Credores Diversos	(202)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**(10.124)**
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	**(80)**
Aquisições Ativo Imobilizado	(80)
Caixa Líquido das Atividades de financiamento	**(2.747)**
Operações de Captação - Depósitos	(2.747)
Pagamento Juros ao Capital Próprio	-
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**(12.951)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	93.209
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	80.258

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025

1. CONTEXTO OPERACIONAL

AL5 S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, anteriormente denominada Amaggi S.A. – CFI, é uma Companhia de Capital fechado, autorizada sua constituição pelo Banco Central do Brasil (BCB) em 14 de fevereiro de 2017 tornando-se operacional em agosto do mesmo ano, com sede em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, tendo sido autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCB) a funcionar em agosto de 2017, momento no qual passou a atender aos normativos do Banco Central do Brasil (BCB) e preparar suas demonstrações financeiras com base no COSIF. Atua na forma de uma Financeira, que realiza operações de crédito nas modalidades Capital de Giro, atendendo clientes pessoas jurídicas; o Desconto de Recebíveis mediante a adiantamentos de recursos aos fornecedores da Amaggi; Crédito Consignado, modalidade de empréstimo pessoal com liquidação das parcelas por meio de desconto em folha de pagamento de colaboradores de empresas conveniadas, inclusive entidades públicas; Crédito Direto ao Consumidor, modalidade de empréstimo pessoal, e ainda o financiamento de veículos e outros bens, como por exemplo, máquinas e implementos agrícolas.

Além dos produtos de crédito, a AL5 S.A. SCFI, oferta a seus clientes a conta de pagamentos digital AL5 . Disponível na versão mobile, por meio dela, é possível realizar transferências de recursos financeiros via PIX e Ted, pagamento de contas e realizar transações com cartão de débito.

A captação de recursos é realizada de clientes pessoas físicas e jurídicas, dentro do próprio conglomerado Amaggi e em outras fontes no mercado, pelos canais de relacionamento com os clientes, aplicativo da conta de pagamentos ou corretoras de valores, através da aplicação financeira em Certificado de Depósitos Bancários (CDB), Recibos de Depósitos Bancários (RDB), Letras de Câmbio (LC) e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, com alterações introduzidas pelas Leis n^{os} 11.638/07 e 11.941/09, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BCB), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), o que inclui os seguintes procedimentos contábeis emitidos pelo CPC:

CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 - Ativo Intangível, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Eventos Subsequentes, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 33- Benefícios a Empregados e CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

A Resolução CMN n° 4.966/21 dispõe sobre conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB.

A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 42 da Resolução BCB nº 2 de 02/2020 que trata da divulgação das demonstrações financeiras.

Conforme estabelecido no artigo 79 da Resolução CMN 4966 de 25/11/2021, as instituições mencionadas no artigo 1º ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.
As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), moeda funcional da Instituição, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

A AL5 Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A., avaliou os eventos subsequentes até o dia 20 de março de 2026, data em que a emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre a Instituição não apurou resultados não recorrentes.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração do Banco em 20 de março de 2026.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Instrumentos financeiros

Títulos e Valores Mobiliários: as aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Operações de Crédito: as operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “pro rata” dia.

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução BCB nº 352 e legislação complementar.

c) Ativo e passivo circulante e exigível a longo prazo

Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: são apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo: são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

Provisões: uma provisão é reconhecida no balanço quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

d) Imobilizado de Uso e Intangível

Imobilizado de uso: É demonstrado pelo custo histórico de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é registrada por meio do método linear, tendo como base as taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 11, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

Intangível: O intangível é composto por ativos não monetários identificáveis sem substância física. Os valores registrados como ativo intangível são relativos a softwares, sendo que a Companhia irá obter benefícios desses itens em até cinco anos. Estes são ajustados por amortizações acumuladas, com taxas estabelecidas em função da vida útil do bem.

e) Operações de crédito

As operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “pro rata” dia.

f) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 352/23 e legislação complementar.

g) Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34, inciso V e §§ 4º e 5º passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Observado esse regramento, salienta-se que no semestre findo em 30 de junho de 2025 não houve a ocorrência de resultados não recorrentes.

h) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro–rata” dia.

i) Benefícios de Curto Prazo à Empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j) Impostos de renda, contribuição social, PIS e COFINS

As despesas de imposto de renda e contribuição social, quando existentes, compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente.

As despesas com PIS e COFINS, quando existentes, são calculadas sobre as receitas sendo as alíquotas aplicadas de 0,65% e 4% respectivamente para as receitas auferidas.

k) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões, avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos. A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

A AL5 S.A. SCFI revisa as estimativas e premissas, pelo menos por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras.

l) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Carta Circular nº 3.429/10, da seguinte forma:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivo Contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

Não há no momento ativos, passivos contingentes e obrigações legais em qualquer situação envolvendo a instituição.

m) Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto.

n) Lucro (Prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado pela divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas pela média ponderada de ações ordinárias no período. O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado de forma similar ao lucro (prejuízo) básico por ação, porém, considerando potenciais efeitos de diluição, quando existentes.

o) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância com as orientações da Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, que determinam a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05 (R1) 3 Divulgação sobre Partes Relacionadas.

p) Continuidade

A instituição avalia que possui habilidade em continuar operando normalmente e pretende dar continuidade aos negócios. Não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram elaboradas com base no princípio da continuidade operacional.

q) Receitas e despesas

As receitas e despesas, são reconhecidas e apropriadas pelo regime de competência.

4. INSTRUMENTOS IFRS 9 E RESOLUÇÃO 4.966/2021

a) Introdução

A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021, aplicável às instituições do Segmento S4. Esta norma estabelece os princípios para classificação, mensuração, reconhecimento de perdas esperadas e divulgação de ativos e passivos financeiros.

b) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é determinada com base:

- no modelo de negócios da instituição; e
- nas características dos fluxos de caixa contratuais (teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros).

Com base nesses critérios, os ativos são classificados nas seguintes categorias:

(i). Custo Amortizado (“CA”): utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros;

(ii). Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”): utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda;

(iii). Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR"): utilizada quando a intenção for de negociar frequentemente os ativos com o objetivo de obter resultados. Com relação aos passivos financeiros, a classificação continua essencialmente sem alterações relevantes em relação à norma atual, portanto, sendo classificados como custo amortizado ou valor justo no resultado.

A instituição utiliza método de juros efetivo para mensuração dos ativos classificados ao custo amortizado.

c) Modelo de negócios e classificação dos instrumentos financeiros ativos e passivos

A instituição classifica seus ativos e passivos de acordo com o seguinte modelo de negócios:

Tipo de Ativo e Passivo	Modelo de Negócio	Classificação Contábil
Operações de crédito	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado
Depósitos Interfinanceiros - Ativos	Negociação	Custo Amortizado

Tipo de Ativo e Passivo	Modelo de Negócio	Classificação Contábil
Depósitos Interfinanceiros Rural	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado
Cotas de Fundos de Investimento	Negociação	Custo Amortizado
Depósitos Interfinanceiros - Passivos	Pagamentos de fluxos contratuais	Custo Amortizado
Letras de Crédito do Agronegócio	Pagamentos de fluxos contratuais	Custo Amortizado

d) Teste de SPPJ

O teste SPPJ é aplicado para verificar se os fluxos de caixa de um ativo financeiro representam exclusivamente pagamentos de principal e juros. Os ativos que não passam neste teste são obrigatoriamente classificados ao valor justo por meio do resultado.

e) Reconhecimento de receita

A receita de juros é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva, que considera os fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa que iguala o valor presente ao valor contábil do ativo no reconhecimento inicial, ajustado por custos e receitas diretamente atribuíveis.

f) Stop Accrual – Suspensão do reconhecimento de receita

Em conformidade com as práticas regulatórias e prudenciais vigentes, o reconhecimento de receita de ativos financeiros é suspenso nos seguintes casos:

- Atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos;
- Evidência objetiva de deterioração do crédito, ainda que não vencido.

Tais ativos são classificados como problemáticos e o reconhecimento de receita é retomado somente após a regularização da situação.

g) Provisão para perdas esperadas

Operações de Crédito

A instituição utiliza a metodologia simplificada, permitida para instituições do Segmento S4, para mensuração de perdas esperadas em operações de crédito. A provisão considera:

- Classificação por carteira (C1 a C5), conforme o tipo de operação e garantias;
- Faixas de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas de mercado.

h) Divulgação de riscos financeiros

Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros da instituição são monitorados de forma contínua, com práticas alinhadas às exigências do Banco Central do Brasil. Os riscos de crédito são gerenciados por meio de:

- Políticas de crédito;
- Monitoramento permanente da carteira;
- Análise de concentração e inadimplência;
- Testes de estresse e reavaliações periódicas das premissas de perdas.

i) Impostos Correntes e Diferidos

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a Lei nº 14.467, promulgada em 16 de novembro de 2022, modificou o regime tributário para perdas em operações de concessão de crédito, relacionadas à atividade de instituições financeiras e outras entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BCB). A mudança principal é a possibilidade de deduzir essas perdas ao calcular o Lucro Real e a base da CSLL.

As normas para deduzir operações de concessão de crédito ou inadimplentes são:

(i) A operação é considerada inadimplente e passível de dedução fiscal após 91 dias de atraso no pagamento do principal ou encargos, sem considerar a data do contrato
(ii) As perdas dedutíveis são calculadas mensalmente, respeitando o limite do valor total do crédito, conforme as regras:

- Aplicação do fator "A" sobre o valor total a partir do mês de inadimplência;
- Adição do valor resultante do fator "B", multiplicado pelos meses de atraso, ao cálculo anterior, multiplicado pelo número de meses de atraso, a partir do mês em que a operação foi considerada inadimplida, sobre o valor total do crédito;
- Subtração das deduções já realizadas em períodos anteriores.

Os contratos em situação de inadimplência, cujas perdas não foram deduzidas do ponto de vista fiscal até 31 de dezembro de 2024, serão monitorados separadamente. A exclusão dessas perdas na base de cálculo do lucro real será realizada em parcelas mensais, equivalentes a 1/84, a partir de janeiro de 2026.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valores aplicados em disponibilidades estão concentrados em contas correntes de Bancos comerciais

DISCRIMINAÇÃO	30/06/2025	Classificação Contábil
Disponibilidades	**3.045**	
Depósitos Bancários	3.040	**Custo Amortizado**
Reservas Livres	5	**Custo Amortizado**

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

DISCRIMINAÇÃO	30/06/2025	Classificação Contábil
Aplicações Interfinanceiras De Liquidez totais	**77.213**	
Revendas a Liquidar	66.533	**Custo Amortizado**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.680	**Custo Amortizado**

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

7.1 Segregação das operações de crédito por modalidade

	30/06/2025		
1- Operações de Crédito	**Saldo Bruto**	**Provisão**	**Saldo Líquido**
Empréstimos	90.351	(2.503)	87.848
Desconto Recebíveis	4.375	(83)	4.292
Consignado	42.796	(4.119)	38.677
Financiamentos	100	(1)	99
Crédito Rural	9.533	(133)	9.400
Demais Bens	131	(2)	129
Saldo Contratual	**147.286**	**(6.841)**	**140.445**
2- Saldo CPR	221.110	(8.508)	212.602
Saldo Total 1+2	**368.396**	**(15.349)**	**353.047**
Classificação Contábil	**Custo Amortizado**		

7.2 Composição de operação por carteira e situação a seguinte:

	30/06/2025					
	C1	C2	C3	C4	C5	Valor Contábil
1 - **Ativos não problemáticos**						
Até 14 dias de atraso	111.911	145.180	45.889		38.379	341.359
de 15 a 30 dias de atraso	2.106		62		447	2.615
de 31 a 60 dias de atraso	-	966	12		375	1.353
de 61 a 90 dias de atraso	-	8.228			299	8.527
	114.017	**154.374**	**45.963**	**-**	**39.500**	**353.854**
2 - **Ativos problemáticos inadimplido**						
- Inad. < 1 mês	1843	-	3	-	273	2.119
- Inad. 1-2 meses	727	1282		-	229	2.238
- Inad. 2-3 meses	-	-	-	-	238	238
- Inad. 3-4 meses	-	-	-	-	437	437
- Inad. 4-5 meses	-	-	-	-	289	289
- Inad. 5-6 meses	363	-		-	84	447
- Inad. 6-7 meses	-	2686	311	-	400	3.397
- Inad 7-8 meses	-			-	261	261
- Inad. 8-9 meses	-	267	112	-	315	694
- Inad. 9-10 meses	-		56	-	412	468
Inad 10-11 mese	-	1292		-	332	1.624
- Inad. 11-12 mese	-			-	478	478
- Inad. 12-13 mese	772		130	-	340	1.242
- Inad. 13-14 mese	-	-	-	-	168	168
- Inad. 14-15 mese	-	-	-	-	33	33
- Inad. 15-16 meses	-	-	-	-	80	80
- Inad 16-17 meses	-	-	-	-	84	84
- Inad. 17-18 meses	-	-	-	-	102	102
- Inad 18-19 meses	-	-	-	-	49	49
- Inad. 19-20 meses	-	-	-	-	94	94
-Inad 20-21 meses	-	-	-	-		
	3.705	5.527	612	-	4.698	14.542
TOTAL	**117.722**	**159.901**	**46.575**	**-**	**44.198**	**368.396**

A Administração avalia que não possui clientes e operações a serem classificadas como ativos problemáticos não inadimplidos.

7.3 Movimentação da provisão para perdas

Carteira	Situação	Valor contábil	Perda Incorrida	Perda Esperada	Perda Adicional
C1	Ativos não problemáticos	114.968	-	1.654	-
C1	Ativos problemáticos não inadimplido	-	-	-	-
C1	Ativos problemáticos inadimplido	4.458	980	-	202
		119.426	**980**	**1.654**	**202**
C2	Ativos não problemáticos	152.693	-	3.590	-
C2	Ativos problemáticos não inadimplido	-	-	-	-
C2	Ativos problemáticos inadimplido	5.630	2.796	-	191
		158.323	**2.796**	**3.590**	**191**
C3	Ativos não problemáticos	45.818	-	878	-
C3	Ativos problemáticos não inadimplido	-	-	-	-
C3	Ativos problemáticos inadimplido	609	481	-	23
		46.427	**481**	**878**	**23**
C5	Ativos não problemáticos	39.132	-	553	-
C5	Ativos problemáticos não inadimplido	-	-	-	-
C5	Ativos problemáticos inadimplido	5.088	3.842	-	159
		44.220	**3.842**	**553**	**159**
TOTAL		**368.396**	**8.099**	**6.675**	**575**

i) Provisões para Perdas Esperadas Associados ao Risco de Crédito (Movimentação)

Foram reconhecidos no Demonstrativo de Resultado (DRE) do semestre, uma despesa de R$ 972 referente ao reconhecimento perdas esperadas (Perda Incorridas, Provisão Adicional e Perda Esperada) associados ao risco de crédito sobre operações de crédito e instrumentos financeiros classificados como custo amortizado, acrescido dos efeitos positivos da adoção inicial da Resolução CMN 4.966/21, apurado reversão de provisões no montante de R$ 3.255, conforme indicado na nota explicativa nº 25.

7.4 Distribuição da carteira de crédito por concentração de clientes

	30/06/2025	
TOTAL	**SALDO**	**%**
Maior cliente	15.132	4%
10 seguintes maiores clientes	84.340	23%
20seguintes maiores clientes	29.608	8%
50 seguintes maiores clientes	63.761	17%
100 seguintes maiores clientes	11.775	3%
Demais Clientes	163.780	44%
TOTAL SALDO	**368.396**	**100%**

8. OUTROS CRÉDITOS

8.1 DIVERSOS

	30/06/2025
Diversos	**12.210**
Adiantamentos	58
Impostos e Contribuições a Compensar	230
Impostos Diferidos	4.961
Devedores Diversos	6.961

a) O valor de adiantamentos refere-se a adiantamento de despesas administrativas e salário.

b) Impostos a compensar estão aguardando restituição por parte Receita Federal e o valor de 224 refere-se a antecipação de imposto sobre lucro real. Créditos Tributários de Impostos.

c) Em 31 de dezembro de 2024 foram apurados créditos referentes a Imposto de renda sobre Prejuízo fiscal a recuperar (R$ 124), Imposto de renda (R$ 2.989), e Contribuição Social (R$ 1.848) diferidos sobre prejuízos fiscais, constituídos em exercícios anteriores, nos termos da Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020. Os créditos tributários estão alocados no longo prazo, com expectativa de realização ao longo dos próximos 4 anos.

d) Valores a receber referente a prestação de operação de crédito baixadas em D+1 no valor de R$ 6.960, bem como outros saldos a conciliar.

9. OUTROS VALORES E BENS

	30/06/2025
	10.644
Materiais em estoque	34
Veículos	135
Outros Imóveis	10.304
Desp. Pagas Antecipadamente	171

Outros valores e bens está composto por Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda, imóveis consolidado pela instituição em dação de pagamento de operação de crédito inadimplida, veículo e objeto de garantia em alienação fiduciária de operação de crédito inadimplida devidamente reconhecida a valor de mercado, conforme laudo de avaliação.

10. Ativo Permanente

a) **Imobilizado de Uso**

				30/06/2025
	Taxas de Depreciação (ao ano)	**Custo Histórico**	**Depreciação Acumulada**	**Valor Residual**
Instalações	10%	118	(63)	55
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	455	(208)	247
Sistema de Processamento de Dados	20%	805	(437)	368
Outros Equipamentos	20%	4	(3)	1
Total		**1.382**	**(712)**	**671**

b) Intangível

				30/06/2025
	Taxas de Amortização	**Custo Histórico**	**Amortização Acumulada**	**Valor Residual**
Outros Ativos Intangíveis	20%	10.557	(4.511)	6.046
Total		**10.557**	**(4.511)**	**6.046**

É representado por desenvolvimento de software e website registrado pelo custo de aquisição e amortizado, de forma linear, pelo prazo estimado de benefício econômico

11. DEPÓSITOS

	Até 3 meses	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Saldo em 30/06/2025**
Depósitos a prazo (a)	46.132	34.227	14.762	-	95.121
Outros depósitos (b)	-	-	13.304	167.407	180.711
Recursos de Aceites e emissão de Títulos (c)	31.342	60.266	-	-	91.608
Outros- Conta Pré paga	16.011				16.011
Total	**93.485**	**94.493**	**28.066**	**167.407**	**383.451**

Classificação contábil **CUSTO AMORTIZADO**

(a) Depósitos a prazo - Representado por Certificados de Depósitos Bancários e Recibo de Depósitos Bancários no montante de R$ 46.132 com vencimento até setembro de 2027 com taxa média de 112% do CDI.

(b) Outros depósitos - Referem-se a letras de crédito do Agronegócio com vencimento até 10/2027, com taxa média 94% CDI.

(c) Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos - Representado por Letras de Câmbio com vencimento até 01 de outubro de 2026 com taxa média de 102% do DI.

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias:

	30/06/2025
IOF a Recolher Operações de crédito	8
Provisão Para Impostos e Contribuições (i)	1.686
Impostos e Contribuições A Recolher (ii)	578
Total	**2.272**

(i) Provisão para imposto de renda (R$ 990) e CSLL (R$ 696), apurados no semestre de 2024.

(ii) Referem-se a valores de PIS e COFINS sobre receitas financeiras e INSS, FGTS e IRRF sobre folha de pagamento, além de tributos retidos sobre serviços prestados por terceiros.

b) Provisão Despesas de Pessoal

	30/06/2025
Provisão Férias	566
Provisão 13° Salário	198
Impostos sobre férias e 13° salário	257
Total	**1.021**

c) Diversas	**30/06/2025**
Contingências	13
Seguro Prestamista a repassar	521
Fornecedores	225
Parcelas consignado a Devolver	16
Total	**775**

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social subscrito em 30 de junho de 2025, é de R$ 107.000, totalmente integralizado, representado por 107 milhões de ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, assim a totalidade de ações representativas do Capital Social da Sociedade por Ações denominada AL5 AMAGGI S.A Crédito, Financiamento e Investimento.

Reservas de Lucros

Reserva Legal

Constituição obrigatória, em conformidade com artigos 182 e 193 da lei 6.404/76, à base de 5% do lucro líquido do período, perfazendo o montante de R$ 66 em 30 de junho de 2025.

Lucros ou Prejuízos Acumulados

	30/06/2025
Prejuízos acumulados	31.910
Total	**31.910**

A Companhia apurou lucro na ordem de 973 no 1º semestre de 2025.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

a) Imposto de Renda e Contribuição Social - Valores Correntes :

A Instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento de IRPJ/CSLL mensal por estimativa.

	30/06/2025	
	Imposto de Renda	**Contribuição Social**
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	**973**	**973**
Adições Permanentes	**60**	**60**
Adições Temporárias	**4.893**	**4.893**
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	4.893	4.893
Exclusões Permanentes		
Exclusões Temporárias	**(3.921)**	**(3.921)**
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	**3.921**	**3.921**
LUCRO REAL	**2.005**	**2.005**
Exclusão Perdas incorridas, Lei 14.467/22	**(2.005)**	**(2.005)**
Base de Cálculo	-	-
IR e CS Apurado		
Efeito do IR e CS no Resultado	-	-

b) Movimentação do ativo fiscal diferido

	31/12/2024	Adição	(-) Baixas	30/06/2025
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	4.961	-	-	4.961
Total	**4.961**	**-**		**4.961**

Os créditos tributários foram constituídos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL com base em projeção orçamentária, onde foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários.

A Administração, com base nas projeções de resultado, acredita que o crédito tributário será auferido no decorrer dos próximos 4 anos do seu resultado tributável.

15. RECEITAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

a) RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	30/06/2025
Operações de Crédito	**37.560**
Rendas de Empréstimos	15.301
Rendas de Operações de Desconto	346
Rendas Financiamentos Rurais	889
Rendas Financiamentos demais bens	32
Rendas cédula Produtor rural CPR	20.992

b) RECEITA COM OPERAÇÕES TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/06/2025
Títulos e Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	**5.409**
Rendas de Aplicações Compromissadas	4.719
Renda de Depósitos Interfinanceiros	690

16. OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO

	30/06/2025
	24.572
RDB	109
CDB	7.997
Letras de Câmbio Pós	5.663
Letras de Crédito do Agronegócio	10.515
Letras Financeiras	59
FGC	229

(i) Refere-se a despesa com a remuneração de emissão de letras de crédito do agronegócio, mais despesa com depósito interfinanceiro.

17. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	30/06/2025
	1.554
Tarifa de Cadastro	1.525
Rendas Tarifas Interbancárias	29

18. DESPESAS DE PESSOAL

	30/06/2025
	7.223
Proventos	4.723
Encargos	1.382
Benefícios	994
Outros	124

19. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	9.060
Processamento de Dados	5.674
Serviços Técnicos Especializados	911
Serviços do Sistema Financeiro	195
Seguros	33
Comunicações	110
Despesa Transporte	13
Serviços de Terceiros	746
Propaganda e Publicidade	143
Promoções e Relações Públicas	60
Publicações	37
Material	47
Viagens	171
Outras Despesas Administrativas	920

20. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Pis e Cofins apurado pelo regime cumulativo com base em receita bruta, com alíquotas de 4% para Cofins e 0,65% Pis.

	30/06/2025
	1.028
COFINS	807
PIS	131
ISS	88
IOF	2

21. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	(695)
Outras Rendas Operacionais (i)	502
Outras Rendas não Operacionais (ii)	205
Outras Despesas Operacionais (iii)	(1.402)

(i)Refere-se à recuperação de créditos baixados como prejuízo

(ii) Refere-se a receitas de atualizações por valor presente dos créditos tributários calculados com base na taxa Selic, descontos obtidos, despesas recuperadas e comissões por intermediação financeira.

(iii) Refere-se a despesas diversas inerentes a operação, tais como serviços de análises e informações para decisões de crédito, despesas postais, multas, juros e encargos, dentre outros.

22. Contingências

Em 30 de junho de 2025 existem processos judiciais inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações cíveis.

	30/06/2025
	2.315
Perdas Possíveis	2.302
Perdas Prováveis	13

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas conforme observado no Pronunciamento Técnico CPC 05, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 30 de outubro de 2008. São partes relacionadas à esta Companhia os controladores e acionistas, seus familiares e diretores, membros-chave da administração.

Os valores de captação com partes relacionados são remunerados a taxa média de 100% do DI

	117.763
Agropecuária Maggi Ltda.	48.028
Amaggi Participações Financeiras	653
BLA 01 SPE LTDA	1.628
BLA 03 SPE LTDA	1.606
Fundação André e Lucia Maggi	17.767
Hermasa Navegação da Amazônia S.A.	30.689
HFLC Administração e Participações Ltda.	12.226
Pessoas Físicas	5.166

a) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Foi definido pela presidência da AL5 S.A – CFI e aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, o teto de remuneração do pessoal-chave da Administração para o ano de 2025 o montante global de até R$ 7 milhões.

24. Processo de Gestão de Risco

a) Resumo da Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Risco

O gerenciamento de risco é uma ferramenta primordial para garantia do uso adequado do capital e a melhor relação entre o risco e o retorno para a AL5 S.A. SCFI.

Dentro dos princípios de gerenciamento de riscos, deve haver o envolvimento dos gestores das áreas em todos os níveis da AL5 S.A. SCFI, já que todos são responsáveis por avaliar, mitigar e controlar os riscos. Todos os colaboradores da AL5 S.A. SCFI são responsáveis pela identificação e registro das ocorrências que impliquem em possíveis perdas financeiras.

O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades da AL5 S.A. SCFI são realizados por pessoa independente por meio de políticas de controles, estabelecidos por meio de estratégias de operação, determinação de limites, assim como do monitoramento frequente das posições assumidas por meio de técnicas específicas, em conformidade com as diretrizes da AL5 S.A. SCFI pela Administração.

A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza:

b) Risco de Crédito

Conforme a Resolução CVM nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN) o Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, reestruturação de instrumentos financeiros e aos custos de recuperação.

A estrutura de gerenciamento de riscos da AL5 S.A. SCFI possui normas e procedimentos operacionais, buscando meios de identificar, avaliar, monitorar e controlar o risco de crédito associado às operações da Instituição.

c) Risco Operacional

A Resolução CVM nº 4.557/17 define Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Na definição de risco operacional, inclui-se ainda o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades envolvidas pela instituição.

O gerenciamento do risco operacional na AL5 S.A. SCFI tem por objetivo a definição e revisão constante de ações, buscando a captura organizada de informações que permitem a identificação de fragilidades nos processos operacionais e a avaliação e adoção de planos de melhoria correspondentes, considerando a adequada relação custo e benefício de sua implementação.

d) Risco de Mercado e Liquidez

De acordo com a Resolução CVM nº 4.557/17 Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira.

A AL5 S.A. SCFI, desde o início das suas atividades e da implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e da estrutura de gerenciamento contínuo de capital, busca desenvolver e aprimorar seus processos, visando manter contingente, ferramentas e metodologias adequadas ao seu enquadramento no Segmento 4 (S4), conforme definição da Resolução CMN nº 4.557/17, desta forma as referidas estruturas devem ser:

- Compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição;
- Proporcionais à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela Instituição;
- Adequadas ao perfil de riscos e à importância sistêmica da Instituição; e
- Capazes de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Instituição atua.

A Resolução CVM nº 4.557/17 define que o Risco de Liquidez é a possibilidade da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, descasamento entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos, e obrigações.

A AL5 S.A. SCFI possui uma estrutura para o gerenciamento do risco de liquidez, que tem por objetivo gerir e manter a liquidez necessária para honrar as suas obrigações quando são devidas e assim garantir a continuidade dos negócios sem incorrer em custos adicionais de captação ou perdas financeiras na liquidação de ativos.

e) Gestão de Capital

Por Capital entende-se como o conjunto de recursos de longo prazo, próprios e de terceiros, que compõem o Patrimônio de Referência (PR), e que foram enquadrados e autorizados pelo Banco Central do Brasil (BCB) especificamente para este fim.

f) Índice de Basileia

A instituição adota uma estrutura de gerenciamento de capital objetivando manter um nível mínimo de capital superior às exigências regulatórias. O índice de Basileia em 30 de junho de 2025 apurado nos critérios da Resolução CMN nº 4958, é de 18,80%. A tabela a seguir demonstra, além do índice de Basileia, a composição do Patrimônio de Referência e as parcelas requeridas pelos ativos ponderados pelo risco (RWA).

	30/06/2025
Patrimônio de Referência	**64.790**
Patrimônio de Referência Nível I	**64.150**
Capital Principal	64.150
Patrimônio de Referência Nível II	**640**
Instrumentos Elegíveis ao Capital Nível II	640
Ativos Ponderados Pelo Risco (RWA)	**369.818**
Risco de Crédito	347.653
Risco de Mercado	-
Risco associados a Serviços de pagamento	3.451
Risco Operacional	18.714
Índice de Basileia	**17,52%**

25. Informações sobre os reflexos da adoção da Resolução CMN 4.966/2021 e posteriores alterações

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN n° 4.966/21, a Resolução BCB n° 352/23 e normas complementares, estabelecem novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, ativos e passivos, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), sendo as principais:

(i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros;
(ii) reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
(iii) atualização dos instrumentos financeiros por meio da taxa efetiva; e
(iv) interrupção do reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso.

Posteriormente, as Resoluções CMN nº 5.100 e BCB nº 352 foram emitidas, sendo complementares à CMN nº 4.966/21, com as diretrizes suplementares:
(i) aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros;
(ii) constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito;
(iii) evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a ser observada pelas instituições financeiras;
(iv) reconhecimento de custos de transação imateriais; e
(v) apropriação de receita.

A partir de 1º janeiro de 2025, os ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado foram reconhecidos contabilmente com base no método da taxa de juros efetiva (TEO) nas operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria custo amortizado (CA), que considera apropriação de receitas no resultado do período, pro rata temporis, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, considerando a taxa de juros contratual original e apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação ou na emissão do instrumento financeiro de forma proporcional às receitas contratuais, conforme as características do contrato.

No entanto, as operações de crédito originadas até 31 de dezembro de 2024, continuarão a ser reconhecidas pela taxa contratual estipulada nos respectivos contratos durante sua vigência.

A AL5 S.A SCFI aplica a metodologia simplificada, dentro dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas esperadas, considerando as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definidos pela Resolução BCB nº 352/23, art. 76 a 78, para operações inadimplidas.

Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.966/21 um ativo financeiro deve ser baixado nos seguintes cenários:

(i) Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou
(ii) O ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa.

Na adoção inicial da Resolução CMN 4.966/21, a instituição adotou os pisos mínimos de provisão da norma, para metodologia simplificada, enquadrando as operações nas carteiras de C1 a C5, conforme a modalidade e as garantias a elas vinculadas, apurando um saldo de reversão de provisão no montante de R$ 3.255, reconhecidos no resultado do semestre, assim demonstrado:

Ativos Não problemáticos	Aumento de Provisão	(2.473)
	Reversão de Provisão	409
Ativos Problemáticos	Aumento de Provisão	(1.154)
	Reversão de Provisão	6.473
Efeito positivo na adoção inicial Resolução CMN 4.966/21		3.255

Eventos Subsequentes

Em cumprimento ao disposto na Resolução CMN 5.237, de 24 de julho de 2025, a Instituição promoveu a adequação de sua razão denominação social, incorporando o termo "Sociedade", passando a ser denominada **AL5 S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**.

ASSINADO DIGITALMENTE
Validade jurídica assegurada conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil
BRyTecnologia

RAFAEL ALESSI:65189183149
651.891.831-49

Emitido por: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5

Data: 28/05/2026

Rafael Alessi
Diretor Presidente

ASSINADO DIGITALMENTE
Validade jurídica assegurada conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil
BRyTecnologia

MURILO FRANCISCO MERLO:35880161803
358.801.618-03

Emitido por: AC VALID RFB v5

Data: 28/05/2026

Murilo Francisco Merlo
Diretor de Operações e Finanças

ASSINADO DIGITALMENTE
Validade jurídica assegurada conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil
BRyTecnologia

WILLIAM LUPPI:06544717975
065.447.179-75

Emitido por: AC SOLUTI RFB V5

Data: 28/05/2026

William Luppi
Contador – CRC-PR-65355/O-5